

Militares denunciam manobras de oficiais e suspendem indicativo de greve para aguardar estudo do GDF e União sobre reajuste da categoria

PMs dão prazo ao governo

MARCELO ROCHA E
CÉSAR HENRIQUE ARRAIS
DA EQUIPE DO CORREIO

Depois de anunciar greve e ameaçar aquartelamento, policiais militares e bombeiros resolveram ontem dar uma trégua nos próximos 15 dias. Prazo para que comissão formada por técnicos do Governo do Distrito Federal (GDF) e da União estudem o reajuste dos vencimentos da categoria a partir de 1º de janeiro. Enxugar a estrutura de cargos e salários das duas corporações é outra reivindicação dos 15 mil praças, também a ser discutida pelo grupo.

A principal reclamação dos praças — cabos, soldados e sargentos — é a diferença entre seus vencimentos e os dos oficiais. O piso salarial de um cabo da PM está em R\$ 1.400, enquanto o de um coronel da corporação é de R\$ 15.000 (*leia quadro*). “Precisamos corrigir a lei de remuneração da Polícia Militar, porque os praças ficaram prejudicados e estão com sua ascensão profissional comprometida”, reclamou o ex-

AS DIFERENÇAS	
PISO SALARIAL	
Praça	R\$ 1.400
Oficial	R\$ 15.000
AUXÍLIO MORADIA	
Praça	R\$ 11
Oficial	R\$ 270
AUXÍLIO NATALIDADE	
Praça	R\$ 609
Oficial	R\$ 2.700
AUXÍLIO FARDA (ANUAL)	
Praça	R\$ 369
Oficial	R\$ 1.800

cabo Sidney Patrício, presidente da Associação de Policiais Militares e Bombeiros do DF (Aspol).

A distorção, ainda de acordo com Patrício, teria sido resultado de uma manobra dos oficiais du-

rante a última campanha salarial da categoria, entre os anos de 2000 e 2001. “Depois de determinar a prisão dos líderes do movimento, os oficiais assumiram a frente das negociações com o governo e deixaram os praças de fora. Eles não têm compromisso com a corporação”, afirmou o ex-cabo, um dos presos por incitar a mobilização dos policiais.

Em campanha desde o início do mês, os servidores procuraram os deputados federais do PT para abrir um canal de negociação, já que não tiveram êxito com as autoridades locais. Ontem de manhã, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, recebeu os líderes do movimento e parlamentares. À tarde, em audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto, Bastos pediu autorização para estudar o aumento da categoria.

Depois da interferência do Planalto, foi então formado grupo de trabalho com representantes da União e do GDF para estudar o percentual de reajuste para PMs e bombeiros. Os praças querem elevar o piso para R\$ 3.400. Ainda não há estimativa

que aponte o impacto financeiro do aumento, mas, segundo o deputado Wasny de Roure (PT-DF), já existem recursos para a sua concessão.

O dinheiro, explica Wasny, está na correção de 19% do Fundo Constitucional do DF previsto para 2004 — o que garante cerca de R\$ 800 milhões a mais em transferências da União para o GDF. “Ainda vamos estudar o impacto, mas não tenho dúvidas de que há recursos suficientes no fundo para autorizar o reajuste dos salários”, disse o parlamentar.

A comissão encarregada de estudar o reajuste tem 15 dias para concluir os trabalhos. Até lá, PMs e bombeiros prometem não realizar greve. Eles receberam a notícia à tarde, durante a assembléia, que reuniu 2,5 mil pessoas próximo à rodoviária do Plano Piloto, segundo os manifestantes. Além do reajuste, a categoria defende a reestruturação do plano de cargos e salários. Hoje, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros possuem 15 níveis salariais. Os praças defendem no máximo cinco.